

**Supremo Tribunal de Justiça**  
**Processo nº 2060/19.1T8OAZ.P1.S2**

**Relator:** MÁRIO BELO MORGADO

**Sessão:** 29 Outubro 2025

**Votação:** UNANIMIDADE

**Meio Processual:** REVISTA EXCEPCIONAL

**Decisão:** NÃO ADMITIDA A REVISTA EXCEPCIONAL

**RECURSO DE REVISTA EXCEPCIONAL**

**OPOSIÇÃO DE JULGADOS**

## Sumário

Para efeitos do disposto no art. 672º, nº 1, c), do CPC, há contradição entre acórdãos que – no domínio da mesma legislação e reportando-se a situações de facto que no essencial sejam idênticas – dão respostas diametralmente opostas quanto à mesma questão fundamental de direito.

## Texto Integral

**Processo n.º 2060/19.1T8OAZ.P1.S2**

**Acordam na Formação prevista no artigo 672.º, n.º 3, do CPC, junto da Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça**

**I.**

**1. AA** demandou, neste processo especial emergente de acidente de trabalho, Ageas - **Companhia de Seguros, S.A., e Civopal, Sociedade de Construções e Obras Públicas Aliança, Lda.**

**2.** Na 1ª Instância, a ação foi julgada totalmente procedente.

Para além do mais, que ora não releva, foi a ré *Civopal* condenada a pagar ao sinistrado, nos termos do artigo 79º, nº 5 da LAT, as seguintes prestações

correspondentes ao agravamento da sua responsabilidade:

i. €10.079,67 a título de indemnização agravada pelo período 717 dias de incapacidade temporária absoluta sofrida pelo sinistrado.

ii. a pensão anual e vitalícia de €5.204,06 devida desde 20.04.2021, atualizada a partir de 1 de janeiro de 2022 para €5.256,10, a partir de 1 de janeiro de 2023 para €5.697,61 e a partir de 1 de janeiro de 2024 para €6.039,47.

**3.** Interposto recurso de apelação, o Tribunal da Relação do Porto (TRP) confirmou esta decisão.

**4.** A ré *Civopal* veio interpor **recurso de revista excecional**, com fundamento no art. 672º, nº 1, c), do CPC.

**5.** O A. contra-alegou, sendo que as contra-alegações da ré seguradora não foram admitidas.

**6.** No despacho liminar, considerou-se estarem verificados os pressupostos gerais de admissibilidade do recurso.

**7.** Está em causa determinar se o recurso de revista excecional deve ser admitido no tocante à **questão** de saber se é necessário que ocorra a violação de uma regra ou norma concreta sobre segurança no trabalho, não bastando a violação de regras genéricas ou programáticas sobre esta matéria, para que se dê como preenchida a previsão do nº 1 do art. 18º da LAT (este, na interpretação do AUJ n.º 6/2024, de 13 de maio).

Decidindo.

## II.

**8.** Para efeitos do disposto no art. 672º, nº 1, c), há contradição entre acórdãos que – reportando-se a situações de facto essencialmente idênticas – dão respostas diametralmente opostas quanto à mesma questão fundamental de direito, no domínio da mesma legislação.

O acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 13.11.2020, Proc. n.º 1170/18.7T8LRA.C1, indicado como **acórdão-fundamento**, decidiu, na parte que ora releva, que, para que se preencha o quadro normativo previsto no nº 1 do art. 18º da LAT (Lei 98/2009, de 04/09), é necessário que ocorra a violação

de uma regra ou norma concreta sobre segurança no trabalho (não bastando a violação de regras genéricas ou programáticas sobre esta segurança).

**9.** Por seu turno, a este propósito, ponderou o acórdão recorrido:

«Defende a Recorrente existir erro na aplicação do direito, desde logo, quanto à sua atuação culposa na ocorrência do acidente de trabalho sofrido pelo Autor/Recorrido.

Para tanto, alega que o enquadramento normativo subjacente ao artigo 18.º da Lei n.º 98/2009, de 04.09, pressupõe a falta de observância, por parte do empregador, de normas sobre segurança e saúde no trabalho.

Pelo que, é necessário identificar a norma de segurança concreta que não foi observada, havendo ainda que provar o nexo de causalidade entre tal inobservância e o acidente.

(...)

Alega que o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2024, de fixação de jurisprudência, não tem aqui aplicabilidade porque, a montante, falta a demonstração da concreta violação de uma regra de segurança que as “*circunstâncias concretas do caso*” permitam enquadrar como uma situação de potenciação do sinistro, bem como a imputação subjetiva ao empregador.

Não se subscreve tal interpretação.

Isto porque:

(...)

Encontram-se elencados no artigo 127.º, n.º 1, alíneas c), g) e h) do Código do Trabalho, os seguintes deveres genéricos do empregador em matéria de segurança e saúde no trabalho:

- Proporcionar boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral;
- Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho;
- Adotar, no que se refere a segurança e saúde no trabalho, as medidas que decorram de lei ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho;

- Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente ou doença.

Por seu turno, de acordo com o artigo 15.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro (Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho):

- O empregador deve assegurar ao trabalhador condições de segurança e de saúde em todos os aspetos do seu trabalho.
- O empregador deve zelar, de forma continuada e permanente, pelo exercício da atividade em condições de segurança e de saúde para o trabalhador, designadamente, evitando os riscos.

Convém ainda destacar os artigos 73.º, 73.º-A, alíneas a) e b), 73.º-B, n.º 1, alíneas a), b), c), e), i), j) e o), do referido diploma, que tratam da organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho, e o artigo 79.º, alínea a), que identifica, por exemplo, como de **risco elevado**:

*“Trabalhos em **obras de construção**, escavação, movimentação de terras, de túneis, com **riscos de quedas de altura** ou de soterramento, **demolições** e intervenções em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego”.* (negrito nosso)

Em cumprimento da Diretiva 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, define as regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança e saúde no trabalho em estaleiro da construção.

Para o caso em análise, são particularmente relevantes os artigos 5.º a 14.º, 20.º e 22.º, n.º 1, alínea m), desse mesmo diploma legal.

Importa ainda considerar a Portaria n.º 101/96, de 3 de abril. Esta portaria regulamenta as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis, em cumprimento da referida Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho. Nomeadamente,

Artigo 2.º (Estabilidade e solidez)

1. *“Os materiais, os equipamentos, bem como todos os elementos que existam nos locais e nos postos de trabalho, devem ter solidez e ser estabilizados de forma adequada e segura.*

2. O acesso a qualquer local que não obedeça às exigências referidas no número anterior só pode ser autorizado desde que sejam fornecidos equipamentos ou outros meios adequados, que permitam executar o trabalho em segurança.

3. Todas as instalações existentes no estaleiro devem possuir estrutura e estabilidade apropriadas ao tipo de utilização previsto.

4. Os **postos de trabalho móveis ou fixos, situados em pontos elevados ou profundos, devem ter estabilidade e solidez de acordo com o número de trabalhadores que os ocupam, as cargas máximas que poderão ter de suportar, bem como a sua repartição pelas superfícies e as influências externas a que possam estar sujeitos.**

5. Os postos de trabalho referidos no número anterior devem ser concebidos de forma a impedir qualquer deslocação intempestiva ou involuntária do seu conjunto ou de partes que os constituam.

6. Para além das verificações prévias da estabilidade e da solidez dos postos de trabalho, devem ser feitas outras, sempre que haja modificações, nomeadamente na altura ou na profundidade.” (negrito nosso)

E o artigo 11.º (Quedas em altura):

1. “Sempre que haja risco de **quedas em altura**, devem ser tomadas **medidas de proteção coletiva adequadas e eficazes** ou, na impossibilidade destas, de **proteção individual**, de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente, o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.

2. Quando, por razões técnicas, as **medidas de proteção coletiva** foram inviáveis ou ineficazes, devem ser adotadas **medidas complementares de proteção individual**, de acordo com a legislação aplicável.” (negrito nosso)

Por último, quanto às normas específicas de segurança a adotar nos trabalhos em altura e telhados, importa considerar o artigo 1.º do Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41.821, de 11/08/58:

“É obrigatório o emprego de andaimes nas obras de construção civil em que os operários tenham de trabalhar a mais de 4.º metros do solo ou de qualquer superfície contínua que ofereça as necessárias condições de segurança”.

O artigo 150.º daquele Regulamento, refere o seguinte:

*“A entidade patronal deve pôr à disposição dos operários os cintos de segurança, máscaras e óculos de proteção que forem necessários”.*

§ único: *“Os operários utilizarão obrigatoriamente estes meios de proteção sempre que o técnico responsável ou a entidade patronal assim o prescrevam”.*

O artigo 44.º sob a epígrafe Obras em telhados, diz o seguinte:

*“No trabalho em cima de telhados que ofereçam perigo pela sua inclinação, natureza ou estado da sua superfície, ou por efeito de condições atmosféricas, tomar-se-ão medidas especiais de segurança, tais como a utilização de guarda-corpos, plataformas de trabalho, escadas de telhador e tábuas de rojo”.*

§ 1.º *“As plataformas terão a largura mínima de 0,40 m e serão suportadas com toda a segurança. As escadas de telhador e as tábuas de rojo serão fixadas solidamente”.*

§ 2.º *“Se as soluções indicadas no corpo do artigo não forem praticáveis, os operários utilizarão cintos de segurança providos de cordas que lhes permitam prender-se a um ponto resistente da construção”.*

O artigo 45.º:

*“Nos telhados de fraca resistência e nos envidraçados usar-se-á das prevenções necessárias para que os trabalhos decorram sem perigo e os operários não se apoiem inadvertidamente sobre pontos frágeis.”*

E, o artigo 46.º:

*“Não devem trabalhar sobre telhados operários que tenham revelado não possuir firmeza e equilíbrio indispensáveis para esse efeito.”*

Posto isto,

Prescreve o artigo 18.º, n.º 1, da NLAT:

*“1. Quando o acidente tiver sido provocado pelo empregador, seu representante ou entidade por aquele contratada e por empresa utilizadora de mão-de-obra, ou resultar de falta de observação, por aqueles, das regras sobre segurança e saúde no trabalho, a responsabilidade individual ou solidária pela indemnização abrange a totalidade dos prejuízos, patrimoniais e não*

*patrimoniais, sofridos pelo trabalhador e seus familiares, nos termos gerais.”*

(...)

E que o segundo segmento do artigo 18.º, n.º 1, é o que tem sido mais utilizado por não ser necessário provar a culpa, mas apenas a violação das regras de segurança e saúde no trabalho.

Conforme defendem Júlio Gomes e Viriato Reis, nestas situações, admite-se a consideração de uma ampla gama de normas de segurança, além, das legais, não se vê qualquer obstáculo a que se considerem, a este respeito, regras impostas pelas “*legis artis*” do setor de atividade em causa, pelo uso, por normas internas da empresa e até pela contratação coletiva.» **Itodos os destaques são os constantes do texto original**

**10.** Não vemos que daqui decorra que, para os efeitos em causa, o acórdão recorrido sustente a desnecessidade de violação de uma regra ou norma concreta sobre segurança no trabalho.

Para além de citar várias regras/norma concretas de segurança, é o que também decorre da parte da fundamentação em que se sustenta que, para além da violação de normas legais, igualmente releva neste âmbito a violação de «regras impostas pelas “*legis artis*” do setor de atividade em causa, pelo uso, por normas internas da empresa e até pela contratação coletiva», sendo que este tipo de regras/normas revestirá à partida, pelo menos em grande parte, natureza concreta.

É certo que a páginas tantas, no quinto parágrafo do texto citado, o acórdão recorrido refere “*não se subscreve tal interpretação*”. Afigura-se-nos, porém, que com isso se está a reportar ao conjunto da tese defendida pela recorrente e não a este ponto específico.

Não deixando de se admitir que as concretas regras consideradas poderiam ter sido objeto de tratamento específico e mais claramente identificadas, a verdade é que elas foram explicitadas, apesar de isso ter sido efetuado entre todo um conjunto mais alargado de argumentação, que também incluía normas genéricas.

Encontrando-se, assim, inverificada a contradição de acórdãos invocada pela recorrente, impõe-se concluir pela não admissão excecional da revista.

### **III.**

**11.** Nestes termos, acorda-se em não admitir o recurso de revista excecional em apreço.

Custas pela recorrente.

Lisboa, 29.10.2025

Mário Belo Morgado, relator

José Eduardo Sapateiro

Julio Manuel Vieira Gomes